

## Índice de Maturidade dos Sistemas de Avaliação de Programas Governamentais – iSA-Gov

O iSA-Gov, desenvolvido em trabalho do TCU (TC 007.590/2013-0, ainda pendente de julgamento), expressa a percepção dos gestores públicos sobre a maturidade dos sistemas de avaliação dos ministérios. Para isso, mensura o nível de adequação dos mecanismos e instrumentos disponíveis para **demandar, produzir e utilizar** o conhecimento avaliativo. Avaliação é um dos componentes principais da governança pública e objetiva o aperfeiçoamento de programas e políticas, com a finalidade de contribuir para a melhoria social.

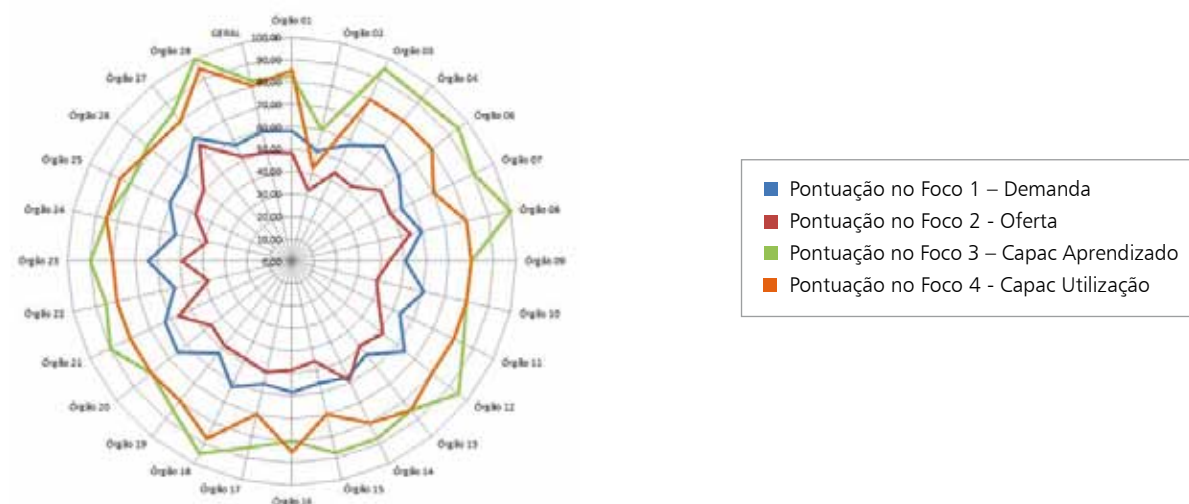
A construção do iSA-Gov teve como objetivo caracterizar os sistemas de avaliação da administração direta e apresentar um diagnóstico da capacidade de seus órgãos para monitorar e avaliar os programas governamentais.

O índice fundamenta-se em pesquisa realizada pelo Tribunal, que apurou a percepção de 750 gestores, de níveis DAS 4 a 6, de 27 ministérios.

Os resultados gerais da análise estão representados no gráfico abaixo, que traz o desempenho de cada órgão nas quatro dimensões analisadas: (1) demandas avaliativas; (2) produção de conhecimento avaliativo (oferta); (3) capacidade de aprendizado organizacional; e (4) utilização das informações avaliativas.

### Resultados gerais da análise

#### Radar por Foco de Análise e Órgão Pesquisado



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico demonstra que existem deficiências em relação à capacidade dos órgãos para produzir informações avaliativas (Foco 2), muito embora os elementos da demanda (Foco 1) indiquem um contexto mais bem estruturado para o desenvolvimento das práticas avaliativas. Ou seja, apesar de as demandas serem estruturadas em todos os órgãos pesquisados (Foco 1), a capacidade avaliativa de 67% deles não é suficientemente desenvolvida para atender essa demanda.

Ademais, os resultados evidenciam que a capacidade de aprendizado organizacional (Foco 3) e de utilização de informações avaliativas (Foco 4) asseguram um ambiente favorável à produção de conhecimento avaliativo.

A pesquisa identificou que deficiências sistêmicas na gestão da administração pública, como carência de pessoal, contingenciamento e corte de recursos e inadequação da tecnologia de informação, comprometem sua capacidade avaliativa.

Ademais, constatou-se que as demandas internas e externas por informações sobre o desempenho e os resultados dos programas e políticas absorvem de 30% a 49% do tempo de trabalho das equipes durante o ano. As demandas externas são proporcionais às demandas internas que, por sua vez, têm origem em outras unidades do próprio ministério, na grande maioria. Essa evidência indica que as unidades pesquisadas não têm como priorizar suas próprias necessidades.

Observou-se também que a institucionalização das práticas avaliativas é baixa, apesar de o contexto interno favorecer seu desenvolvimento. 70% das unidades da administração direta (19 órgãos) pesquisadas ainda não dispõem de adequada estrutura organizacional, nem da definição de atribuições e competências para produzir informações sobre o desempenho e os resultados dos programas.

Nas unidades pesquisadas, a gestão de pessoas alocadas para produzir informações avaliativas, analisada quanto a quantidade, capacitação, trabalho em equipe e autonomia das chefias, pode ser considerada incipiente, pois não atende regularmente às necessidades dos gestores.

85% dos órgãos da administração direta dos ministérios (23 órgãos) apresentam nível de maturidade intermediário. Isso indica que os mecanismos e instrumentos necessários para caracterizar os sistemas de avaliação estão presentes e são parcialmente suficientes para atender às necessidades dos gestores.

### Índice de Maturidade dos Sistemas de Avaliação de Programas Governamentais - iSA-Gov por Órgão



Fonte: dados da pesquisa

Os resultados do iSA-Gov indicam oportunidades de aperfeiçoamento dos sistemas de avaliação e monitoramento da administração pública. Dessa forma, contribuem para a melhoria do desempenho e dos resultados dos programas governamentais e, conseqüentemente, para assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas.